

Cuiabá-MT, 31 de janeiro de 2014

Fonte: www.saude.mt.gov.br

30/01/2014 - CIDA CAPELASSI Assessoria SES/MT



Saúde do Estado assume a gestão de medicamentos



O Secretário de Estado de Saúde, Jorge Lafetá, em entrevista coletiva à imprensa de Mato Grosso, na tarde desta quinta-feira (30), falou sobre o fim dos trabalhos de intervenção nos serviços delegados a Organização Social de Saúde- Ipas- contratada para a execução dos serviços vinculados a implantação e operacionalização do gerenciamento da Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde -Ceadis e sobre as medidas administrativas adotadas pela Secretaria de Estado de Saúde .

Segundo o secretário Jorge Lafetá o Estado decidiu no o dia 27 de janeiro rescindir o contrato com a Organização Social de Saúde Ipas e nomeou um servidor administrativo para assumir a gestão. "Concluímos que o Ipas descumpriu dispositivos do contrato de gestão e infringiu as regras contratuais quando sub contratou três empresas para prestar serviços em que ela era a própria contratada ", explicou o secretário.

Quanto as perdas de Medicamentos, a Organização Social de Saúde terá que ressarcir aos cofres públicos do Estado o valor de R\$ 674,276,82 e que deverá ser corrigido.Neste caso ocorreu a queima da geladeira que acondicionava os medicamentos e perdeu a eficácia.Este fato consta nos relatórios finais tanto da Comissão de Processo Administrativo, da Auditoria Geral do Estado e do Interventor que apontou negligência e culpa "in vigilado" na gestão do Ipas.

A Secretaria de Estado de Saúde também promoverá a segunda fase de investigação, por meio de processos administrativos para apurar se houve ou não participação de servidores também pela perda de outros medicamentos. "É da responsabilidade do Estado a aquisição de medicamentos e ao parceiro de gestão o armazenamento e distribuição, se houve sobra, perda, prazo de validade vencida e porque alguém falhou. No caso de sobra caberia ao Estado a ordem de doação. Também foi verificado estoque a mais de medicamentos do que o consumo do Estado, além de recebimento de medicamentos fornecidos pelo Ministério de Saúde em quantidade superior a demanda do Estado. Sobre este fato o Ministério da Saúde também passou a apurar", explicou o secretário.

Jorge Lafetá., disse ainda que o Ipas não teve culpa na perda destes medicamentos por vencimento, somente aqueles por mau acondicionamento, quando houve queda de energia e falha no refrigerador.

A Secretaria de Estado de Saúde passou a administrar a Gestão da Central Estadual de Abastecimento e Insumos-Ceadis no período 120 dias, ou até a conclusão do procedimento licitatório na busca de garantir a continuidade deste serviço prestado pela SES a população de Mato Grosso.

Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

31/01/2014 - CIDA CAPELASSI Assessoria SES/MT



Lafetá vistoria obras do Hospital Regional de Sinop e anuncia serviços



(foto: Arquivo SES/MT)

O secretário de Estado de Saúde, Jorge Lafetá, permanece em visita no dia de hoje (31), no município de Sinop para vistoriar as obras de reforma do Hospital Regional e reunião com a direção do Hospital a fim de definir o Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e também da implantação de serviços da alta complexidade na rede de serviços do SUS do município e região.

Lafetá informa que a reforma da Unidade já está na fase final onde estão sendo feitos serviços de adequações as normas exigidas pela Anvisa, instalação da rede de gás medicinal, instalação de geradores, além de receber reparos gerais de infra-estrutura em adequações para recebimento de equipamentos e área climatizada para atendimento aos pacientes na primeira acolhida. A obra está orçada em R\$ 2 mi. "Vamos permanecer o dia todo no município para podermos definir sobre os serviços que serão implantados na rede SUS da região e para o hospital, queremos avançar na instalação da Alta Complexidade. Estamos promovendo discussão também junto a prefeitura municipal que é referência na rede de atendimento da baixa complexidade, para que os serviços possam ser organizados e dar a população atendimento rápido e de boa qualidade, uma vez definido os fluxos de acesso aos serviços".

Segundo ainda o Secretário, a intenção é implantar no hospital serviços de exames especializados como a colonoscopia, exames laboratoriais de apoio a diagnósticos pertencentes a média e alta complexidade. "Temos já o Hospital Santo Antônio como parceiro do Estado no atendimento a Rede SUS. Temos que definir a implantação, por exemplo, de serviços de referência ao tratamento do câncer, na radioterapia, hemodinâmica, serviços da Alta Complexidade no atendimento a cirurgias cardíacas e neurológicas conforme a necessidade da região, cujos serviços vão ser implantados.

"Estamos reconstruindo a rede de serviços baseado em indicadores e necessidades da população, e queremos descentralizar o atendimento médico -hospitalar da Alta Complexidade, cuja intenção é evitar o deslocamento de pacientes e que eles possam ser atendidos com qualidade na sua região", disse Lafetá.

O Hospital Regional de Sinop possui 84 leitos, destes sendo 25 de UTIs. Os serviços ofertados são de média e baixa complexidade em trauma ortopedia, clínicas médicas, pediatria, exames laboratoriais e apoio a diagnósticos.

O secretário Jorge Lafetá recebe a imprensa da Região, às 16 horas na sede do Hospital Regional de Sinop, para visita a unidade e anunciar novos serviços.

Fonte: www.saude.mt.gov.br

30/01/2014 - Anderson Acendino/Assessoria/SES-MT



Estado divulga dados de dengue de 1 a 30 de janeiro de 2014



(foto: Arquivo/SES-MT)

De acordo com os dados do SINAN online, de 1º janeiro a 30 de janeiro de 2014, o Estado de Mato Grosso registrou 865 casos notificados de dengue, com 01 ocorrência de óbito em investigação no município de Cuiabá.

Cuiabá registrou 64 casos, Rondonópolis 63 casos, Sinop 308 casos e Várzea Grande 35. O Estado de Mato Grosso registrou até o momento 01 caso grave de Dengue.

No ano de 2013 as notificações no mesmo período foram de 9.384 casos notificados no Estado.

CUIDADOS - Combata os focos do mosquito em sua casa, seguindo as seguintes orientações: Limpe calha dos telhados; limpe os pratinhos dos vasos de plantas; mantenha piscinas limpas; não deixe formar poças d'água; elimine qualquer tipo de material que possa acumular água; garrafas ou recipientes sempre virados de boca para baixo; pneus mantidos em locais cobertos para não acumular água; tampe bem as caixas d'água e os poços.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades

Sexta, 31 de janeiro de 2014, 09h45

QUEDA

Mato Grosso registra 865 casos de dengue em janeiro

Izabel Barrizon, repórter do GD

Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT) divulgou o número de casos de dengue registrados em Mato Grosso de 1º a 30 de janeiro deste ano. Nesse período foram notificados pelo Sistema de Informação de Agravos, 865 casos de dengue, com uma ocorrência de morte, ainda em investigação em Cuiabá.

Rui Barbosa



No mesmo período do ano passado foram 9.384 casos. A cidade de Sinop (500 km ao norte de Cuiabá) foi a que mais apresentou casos de dengue no período, sendo 308 no total. Depois vem Rondonópolis (212 km ao sul), com 63 casos e Várzea Grande, região metropolitana, 35 casos notificados.

O quadro epidemiológico caracteriza-se pela circulação simultânea de dois sorotipos virais da dengue, o DENV 1 e a introdução do sorotipo DENV 4 no Estado. Para prevenir, a população deve evitar o acúmulo de água em recipientes.

Fonte: www.gazetadigital.com.br

Cidades

Sexta, 31 de janeiro de 2014, 00h00

Nova OSS assumirá em 4 meses

[Da Redação](#)

Questionado sobre a atuação da Organização Social de Saúde (OSS) em Mato Grosso, Jorge Lafetá diz que o modelo de gestão não deve ser totalmente criticado. Segundo ele, na maioria dos estados brasileiros a prática já acontece há muitos anos. Por conta disso, o secretário não descarta a possibilidade da Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde (Ceadis) voltar a ser administrada por uma delas. Nos próximos 4 meses, a unidade será gerenciada pelo interventor Marcelo Costa, que acompanhou as investigações na Central.

"Não podemos colocar a culpa desses problemas só na OSS. Quando Mato Grosso adotou esse modelo, não era nenhuma novidade. Em vários estados, essa gestão funciona"...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Sexta, 31 de janeiro de 2014, 00h00

CONTRATO ROMPIDO

Ipas "quarteirizou" serviços

[Bruna Pinheiro](#) / Da Redação

Por subcontratar 3 empresas de sua propriedade, o Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (IPAS) teve o contrato rescindido com a Secretaria de Estado de Saúde (SES/MT). Dados dos 3 relatórios levantados sobre a atuação da empresa na Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde (Ceadis), mostram que o instituto "quarteirizava" o serviço desde que foi contratado pelo Estado, em 2011. Outro motivo para a rescisão do contrato diz respeito à perda de R\$ 2,8 milhões em medicamentos judiciais vencidos, encontrados na Farmácia de Alto Custo, em Cuiabá. O Estado passa a administrar a Ceadis pelos próximos 120 dias. Durante este período, será aberta uma licitação para contratação de uma nova empresa...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Quinta, 30 de janeiro de 2014, 18h30

MEDICAMENTOS VENCIDOS

Ipas contratou empresas de forma fraudulenta, afirma secretário

Welington Sabino, repórter do GD

Tony Ribeiro



Secretário Jorge Lafetá disse que o Ipas contratou 3 empresas de Pernambuco de forma fraudulenta, descumprindo contrato firmado com o Estado

A subcontratação de 3 empresas "de forma fraudulenta", uma espécie de "quarteirização" dos serviços e a perda de medicamentos avaliados em R\$ 2,8 milhões foram os principais motivos que levaram a Secretaria Estadual de Saúde (SES) a romper o contrato com o Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas), Organização Social de Saúde (OSS) que recebia por mês R\$ 554 mil para gerenciar a Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde (Ceadis). Por enquanto, o secretário Jorge Lafetá descarta a possibilidade de firmar um contrato emergencial e uma "ocupação temporária" comandada pelo interventor Marcelo Costa será responsável pela gestão da unidade. O prazo para escolha de uma nova empresa é de 120 dias.

O valor final do prejuízo com a perda de lotes de remédios vencidos, descoberta no ano passado, ainda está sendo apurado, pois precisa ser atualizado. O secretário Jorge Lafetá, durante coletiva na tarde desta quinta-feira (30) minimizou os danos garantindo que não haverá prejuízo aos cofres públicos. "É bom ressaltar que os medicamentos perdidos equivalem apenas a 2% do estoque. Não haverá perda ao erário porque os valores estão sendo corrigidos e serão cobrados dos responsáveis", pontou. Já os R\$ 674 mil dos medicamentos que estragaram por problemas na geladeira serão cobrados do Ipas. Que por sua vez acusa a Rede Cemat e move um processo contra a concessionária de energia.

Porém, até o momento, segundo Lafetá, não é possível atribuir responsabilidades quanto aos remédios vencidos que eram comprados em quantidades acima do necessário e próximos do prazo de validade. Ou seja, os culpados ainda não foram identificados. "Durante os trabalhos de intervenção não foi comprovada culpa do Ipas", ressaltou ele. A SES prossegue com um procedimento administrativo para investigar as causas das perdas dos remédios dentro da Farmácia de Alto Custo (CAF), a responsável pela aquisição dos medicamentos. O Ceadis, gerenciado pelo Ipas era responsável somente pela logística que consiste na armazenagem e distribuição. "Ambos deveriam trabalhar em conjunto", ressaltou o secretário.

Os trabalhos de intervenção foram realizados por 3 grupos de trabalho: um comandado pelo interventor Marcelo Costa, outro pela Auditoria Geral do Estado (AGE) e uma Comissão Processante da Secretaria de Saúde. Foi confirmado que o Ipas começou a contratar as empresas de Permambuco ainda em 2011 para gerenciarem os procedimentos internos no Ceadis. Foram 3 empresas ao todo, sendo elas de propriedade ou ligadas ao Ipas. A decisão de romper o contrato foi baseada no parecer dos 3 grupos. A intervenção foi concluída no dia 27 deste mês.

A prática, conforme o secretário Jorge Lafetá é irregular. Ele ressaltou que o contrato assinado pela OSS com o Estado proibia a subcontratação de outras empresas. “Mesmo assim, essa prática fraudulenta foi praticada pelo Ipas”, disse ao explicar que a SES tomou conhecimento da situação há algum tempo, mas precisava dar a oportunidade ao contraditório para a Organização de Saúde se defender e justificar as contratações.

Governo assume temporariamente

Durante o processo de intervenção no Ceadis que durou 180 dias, explicou o secretário, foram quase 2 meses tentando conseguir formar uma equipe com profissionais da SES qualificados para dar sequência ao trabalho desenvolvido pelo Ipas, mas não conseguiu. Mesmo assim, o Lafetá afirma que os trabalhos seguirão “com a mesma qualidade e agilidade” pois a secretaria decidiu aproveitar os funcionários contratados pelo Ipas.

“São trabalhadores que não têm responsabilidade com os fatos ocorridos e já estão treinados e conhecem todos os procedimentos, estão familiarizados com os trabalhos que precisam ser feitos nos estoques”, justificou Lafetá. O Estado assume assim a responsabilidade com os pagamentos desses funcionários, antes contratados pelo regime CLT.

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / QUESTÃO DE SAÚDE

31.01.2014 | 08h04 - Atualizado em 31.01.2014 | 08h03

Tamanho do texto A- A+

MT Saúde recorre de decisão judicial e destaca fase de expansão

Empresa foi condenada a pagar R\$ 12,8 mil para servidora

MidiaNews

Clique para ampliar 



MT Saúde conta, atualmente, com 30 mil segurados

DA REDAÇÃO

O presidente do MT Saúde, Flávio Taques, disse na última quarta-feira (29), que a autarquia vai recorrer da decisão do Juiz Antônio Carlos Pereira de Souza Júnior, de São José dos Quatros Marcos, que condenou o plano a pagar para a paciente Irani Machado de Castro Silva o valor de R\$ 4.810 mil por danos materiais e R\$ 8 mil por danos morais. Segundo Taques, a decisão deve ser reformada em segunda instância.

“Respeitamos a decisão do magistrado mas entendemos que no curso de processo não foram apresentadas provas que sustentassem a existência de descaso ocasionando danos morais” – disse Servidora do Estado lotada em Cáceres, Irani Machado de Castro Silva, reclamou não ter recebido atendimento do plano tanto na sua cidade de origem quanto em Cuiabá.

Quanto a indenização por danos materiais, Taques esclareceu que a queixa da servidora também não processo – e a ação também deve ser reformada. Ele deixou claro que o MT Saúde, posteriormente, fez o devido reembolso dos valores gastos com as consultas pela servidora.

Taques lembrou que o processo relacionado a queixa da servidora refere-se ao ano de 2011. Ele disse que atualmente o MT Saúde atende regularmente todos os segurados e dependentes e está em fase de expansão para as cidades polos de Mato Grosso. “O MT Saúde hoje é um plano respeitado, que honra os seus

compromissos” – disse, destacando o projeto de reestruturação que está sendo feito pela autarquia. Atualmente, com mais de 30 mil segurados, o MT Saúde conta com uma Rede Médico Hospital vem executando em média 4.500 procedimentos.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / FRAUDES SEM FIM

30.01.2014 | 20h15 - Atualizado em 30.01.2014 | 16h36

Tamanho do texto A- A+

Oposição pede explicações sobre convênio da Saúde

Repasse de R\$ 199,8 mil da pasta para a Koinonia motivou ação do PPS contra sete ministérios

DIVULGAÇÃO

Clique para ampliar 



DO R 7

Depois das notícias de que o Ministério da Saúde repassou R\$ 199,8 mil para a ONG fundada pelo pai do ministro Alexandre Padilha, o líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), decidiu pedir a sete ministérios as cópias de

convênios e contratos firmados entre o governo federal.

A reportagem sobre a liberação de verba para a Koinonia – Presença Ecumênica e Serviço está na Folha de S.Paulo desta quinta-feira (30).

O ministério informou ao jornal que o convênio, fechado pouco antes de Padilha deixar o ministério para se dedicar à pré-campanha ao governo de São Paulo pelo PT, obedeceu “a critérios técnicos” e o processo de análise seguiu “regras estabelecidas pela administração pública”.

Para Bueno, a contratação é imoral e suspeita.

— Vamos apurar se o convênio é legal e se o serviço está sendo mesmo prestado com qualidade. Imoral ele já é e levanta dúvidas sobre um esquema de favorecimento para a entidade do pai do ministro.

Desde 1998, a ONG fundada por Anivaldo Pereira Padilha fez pelo menos nove convênios com diferentes ministérios que, juntos, somam cerca de R\$ 1,75 milhão.

Outros casos

Além das cópias de contratos, Rubens Bueno vai pedir todas as prestações de contas da Koinonia.

— Nesse governo do PT tivemos vários escândalos de corrupção envolvendo ONGs. Por isso vou pedir toda a documentação e analisar item por item para ver se há algum indício de favorecimento ou ilegalidade na prestação dos serviços.

A entidade presta serviços de capacitação. No caso do ministério da Saúde, foi contratada por R\$ 199,8 mil para capacitar até dezembro 60 jovens e formar outros 30.

Um gasto de R\$ 2.200 por aluno com o objetivo de que, por meio de palestras,

aulas e jogos, eles sejam treinados sobre como evitar e tratar doenças sexualmente transmissíveis, como a Aids.

Os requerimentos de informação pedindo toda a documentação dos convênios serão protocolados na próxima semana na Câmara dos Deputados, tendo como destinatários os ministérios da Saúde, Desenvolvimento Agrário, Esporte, Justiça e Cultura, além das secretarias de Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Fonte: www.24horasnews.com.br

DESCUBRA

31/01/2014 - 09:37:43

Mega Curioso

O que faz mais mal à saúde: maconha ou álcool?

A pergunta, por si só, já é capaz de gerar polêmica. Entenda um pouco mais a respeito dessas duas drogas logo abaixo

Você não tem a sensação de que nunca a palavra “maconha” esteve tanto em voga como agora? Razões para isso não faltam, principalmente depois da polêmica legalização da droga no Uruguai. O presidente Barack Obama disse, em declaração publicada no Live Science, que fumou maconha quando era muito jovem e vê o ato como um mau hábito, capaz de causar vício tanto quanto o cigarro.

Na mesma entrevista, Obama disse que acha que a maconha não é pior do que o álcool. Será que ele está certo? Você sabe qual das duas drogas é mais prejudicial à saúde? O fato é que as duas substâncias são tóxicas quando usadas esporadicamente; mas questões que envolvem legalidade e uso em longo prazo são bem diferentes de uma droga para outra, o que faz com que a comparação seja difícil.

Fatos e dados

O que se sabe, por exemplo, é que só nas Américas o álcool é responsável por 88 mil mortes todos os anos. Os óbitos causados por maconha já são mais difíceis de contabilizar, até mesmo porque os estudos relacionados aos danos do álcool à saúde começaram há muito mais tempo do que as pesquisas a respeito da maconha.

Vamos comparar: imagine que uma pessoa beba muito álcool. Em determinado momento o corpo dessa pessoa vai ter um tipo de pane, por não dar conta de metabolizar grandes quantidades alcoólicas em pouco tempo, fazendo com que o álcool vá para o cérebro e atinja regiões fundamentais responsáveis pela respiração ou pelos batimentos cardíacos, por exemplo.

O pesquisador do Instituto Nacional de Abuso de Drogas, Ruben Baler, explicou que é possível ver uma pessoa morrer de bebedeira cinco minutos depois de ter bebido muito. Com a maconha, isso é impossível. De acordo com ele, o uso excessivo da marijuana é mais sutil.

Comparação

Baler explicou que não é por isso que pode se afirmar que a maconha não tem malefícios. O cigarro, por exemplo, não mata de uma hora para a outra como a bebida, mas é responsável pela morte de 440 mil pessoas por ano só nos EUA.

O que a maconha faz no organismo do usuário é aumentar a pressão cardíaca e o fluxo sanguíneo. E essa substância não é capaz de interferir na ação de algum tipo de medicamento que o usuário esteja tomando, ao contrário do álcool, que por ser metabolizado da mesma forma que medicamentos, pode aumentar ou cortar o efeito dos remédios.

A marijuana pode prejudicar cognitivamente, alterando a capacidade racional e o equilíbrio físico de uma pessoa. Isso pode levar a acidentes, ferimentos, quedas e tomadas erradas de decisões, fator válido tanto para curtos quanto para longos períodos de uso.

Consequências em longos períodos de uso

Você já sabe que o alcoolismo é uma doença séria cujas implicações envolvem desde problemas estomacais até graves doenças no fígado, como câncer e cirrose, só para citar alguns desses problemas. É lógico que nem todas as pessoas que bebem vão desenvolver essas doenças, mas as chances aumentam muito, principalmente em quem bebe em excesso e com frequência.

Por outro lado, os efeitos do uso contínuo da maconha ainda não são tão conhecidos. Alguns estudos em animais indicam que o uso pode dificultar a reprodução. Além disso, a maconha pode causar problemas psiquiátricos em quem é pré-disposto ou, ainda, antecipar o surgimento de condições psiquiátricas em pessoas jovens.

Como o consumo tradicional da maconha é feito por meio da queima da erva e da inalação da fumaça, o sistema respiratório pode ficar comprometido, causando inflamações e até problemas crônicos de respiração. Ainda assim, estudos recentes indicam que a maconha faz menos mal ao pulmão do que o cigarro, sendo que o consumo da marijuana não está nem ao menos ligado com o câncer de pulmão. Além disso, o uso de maconha, se comparado ao de tabaco por um fumante, é bem menor.

A maior preocupação de Baler é com relação ao consumo da erva por menores de idade, afinal, ela interfere no desenvolvimento do cérebro, que ainda não está completo na época da adolescência.

E os benefícios? Existem mesmo?

Não há recomendação médica para o uso de álcool, mas o uso medicinal da maconha não só existe como é liberado em alguns países. Com relação à bebida, Baler diz que sempre aconselha as pessoas a beberem pouco e que, nesses casos, o álcool não representa grandes perigos.

Quanto à maconha, é fato que a planta apresenta benefícios já comprovados em tratamentos de doenças como o câncer, a esclerose múltipla, o diabetes e o glaucoma. Baler afirma que mesmo que o uso dessa droga venha a ser comprovadamente 100% terapêutico, o uso dela na Medicina seria bem diferente da forma recreativa. Um dos maiores objetivos da comunidade médica é encontrar um modo de usar a marijuana como aliada no fim da dor em pacientes graves.

A legalização da maconha no Uruguai e, mais recentemente, em alguns estados norte-americanos, vai fazer com que médicos e pesquisadores possam acompanhar os efeitos da droga mais de perto e em todos os tipos de usuários. Por enquanto, nos resta esperar por mais respostas. E você, o que pensa sobre o assunto?

Fonte: www.24horasnews.com.br SAÚDE

30/01/2014 - 17:47:37
Redação 24 Horas News

Ministério da Saúde garante investimentos para estadualizar hospital de Peixoto de Azevedo

A unidade atende pacientes de cinco municípios da região norte do estado

Deputado Pedro Satelite em reunião no Min. da Saúde em Brasília

Em busca de investimentos federais para melhorar a saúde pública no Estado, uma comitiva de autoridades mato-grossenses esteve no Ministério da Saúde em Brasília, para solicitar do Secretário de Atenção à Saúde, Helvécio Miranda, medidas emergenciais para atender a necessidades pontuais. A reunião encabeçada pelo deputado estadual Pedro Satélite e federal Eliene Lima, ambos do PSD, contou ainda com a presença do secretário de Estado de Saúde Jorge Lafetá e dos prefeitos; de Cuiabá, Mauro Mendes, de Peixoto de Azevedo Sinvaldo Brito e de Tangará da Serra Fábio Junqueira. As autoridades defenderam o fortalecimento da saúde pública no interior de Mato Grosso como forma de desafogar a demanda da capital.

Uma das alternativas apresentadas para a região norte do estado é a estadualização do Hospital Municipal de Peixoto de Azevedo. A unidade atende pacientes de cinco municípios da região e também do sul do Pará.

“Nossa demanda é muito grande, estamos a 700 km de Cuiabá, e de cada cem reais que o município arrecada trinta e sete vai para a saúde. Portando a estadualização é necessária para o que município possa ter condições de aplicar esse recurso em outras áreas como infraestrutura”, relatou o prefeito Sinvaldo Brito.

Com a estadualização a unidade que conta atualmente com 74 leitos, vai passar por uma ampla reforma, a estrutura será ampliada e irá receber equipamentos novos. O hospital também vai contar com especialidades médicas de alta complexidade e leitos de UTI.

Helvécio assegurou que o Ministério da Saúde fará o aporte necessário para que a cidade de Peixoto de Azevedo possa contar com um complexo de saúde pública apto a absorver a demanda.

Ele também reafirmou que estão assegurados os recursos para a construção de uma unidade de pronto atendimento (UPA) anexo ao hospital. “Nós iremos fazer o aporte necessário para a reforma e aquisição de equipamentos, assim vamos ter um complexo de saúde para atender toda a região”.

A expectativa é que a estadualização aconteça ainda no primeiro semestre de 2014. Principal defensor da estadualização, o deputado Pedro Satélite destacou a união de esforços para objetivar o projeto.

“Isso só esta sendo possível graças ao empenho de toda a classe política. Com a estadualização desse hospital nós iremos minimizar o sofrimento da população peixotense e da região que depende da saúde pública”.

O deputado federal Eliene Lima destacou a importância desta conquista. “A estadualização traz um ganho não só agora, mas também para as futuras gerações que terá melhoria na qualidade de saúde”.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Política BR**

31/01/2014 - 08:28

Saúde pública cancelamento de convênio com ONG do pai de Padilha

G1

O Ministério da Saúde publicou nesta sexta-feira (31), no "Diário Oficial da União", o cancelamento do convênio entre a pasta e a ONG do pai do ministro, Alexandre Padilha. O cancelamento do contrato já havia sido anunciado nesta quinta (30) pelo próprio Padilha.

Reportagem do jornal "Folha de S.Paulo" publicada também na quinta informou que, prestes a deixar o governo, Padilha assinou convênio para destinar R\$ 199,8 mil para a entidade com o objetivo da realização de ações de promoção da saúde, como palestras e capacitação para jovens em temas como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

O presidente do PPS, Roberto Freire, informou que o partido pedirá ao Ministério Público Federal apuração sobre todos os convênios do governo federal com a entidade. Segundo Freire, independentemente do cancelamento do repasse, o ministro cometeu uma "imoralidade".

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#)

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Unimed deve reembolsar paciente em R\$ 16 mil

31/01/2014 - 15h03

A- A+



Da Redação

O juiz Yale Sabo Mendes, em substituição legal na 9ª Vara Cível de Cuiabá, deferiu tutela antecipada para determinar que a Unimed arque com os custos do tratamento de um paciente conforme indicado pelo médico. Dessa forma, o plano de saúde está obrigado

a fornecer o medicamento Paclitaxel 153 mg para a sessão de Oxigenoterapia Hiperbarica do paciente I.R.P., além de reembolsar os valores já pagos por ele para aquisição do medicamento, no total de R\$ 16.095,58, em prazo de 48h. Em caso de descumprimento foi fixada multa de R\$ 1 mil por dia. (Código 861044).

Na ação, o paciente alegou que foi diagnosticado em 2010 com “carcinoma urotelial de alto grau de bexiga- TTO”. Em 2011 foi considerado doente renal crônico e dois anos depois foi constatada metástase em osso, pulmão e linfonodos. Relatou ainda que a Unimed custeou consultas, exames, cirurgias, tratamento radioterápico e quimioterápico. No entanto, se recusou a fornecer o medicamento Paclitaxel 153 mg para a realização das sessões de Oxigenioterapia, sob o argumento de que o mesmo é considerado experimental e não há comprovação do benefício clínico.

Inicialmente, o magistrado ponderou que a relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo e, portanto, está sujeita ao Código de Defesa do Consumidor e também à Lei nº 9.656/98, que regula os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Para conceder a tutela antecipada, o juiz considerou que a verossimilhança da alegação está presente nos autos, por conta dos atestados médicos que indicam a extrema gravidade do

estado de saúde do paciente e a recusa no fornecimento do material pela Unimed. Quanto ao periculum in mora, ele ficou caracterizado pela negativa no fornecimento dos materiais para o procedimento da oxigenoterapia hiperbárica, que poderia colocar o paciente em situação extremamente temerária, tendo em vista que se trata de uma doença maligna.

Na decisão, o magistrado sustentou que o paciente, na qualidade de usuário do plano de saúde tem direito a cobertura do procedimento tal como indicado pelo expert para o restabelecimento de sua saúde. “Ora, se o próprio especialista indicou os materiais necessários e a quantidade para o referido procedimento, é porque os tem como os mais apropriados para a obtenção do resultado, que afinal, é a restauração da saúde do paciente, de modo que a cobertura do plano de saúde deve referir-se às doenças e não ao tipo de tratamento que será aplicado, o qual obviamente há de ser o mais moderno e seguir a risca a prescrição pelo profissional habilitado”, destacou.

Fonte: www.odocumento.com.br

Nacional

Anvisa fixa regras para regularização de produtos de higiene pessoal

31/01/2014 - 11h33

A- A+

Agência Brasil

Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicada hoje (31) no Diário Oficial da União fixa regras para a regularização de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes.

O lançamento do chamado Sistema de Automação de Registro de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes ocorreu ontem (30). A ideia, segundo a Anvisa, é garantir que todas as etapas de análise dos processos sejam feitas de forma eletrônica.

“Isso significa que os pedidos da indústria serão tratados eletronicamente e, em muitos casos, poderão ser liberados de forma automática. A medida permitirá que os técnicos da agência se concentrem na análise dos produtos de maior risco sanitário e que podem ter maior impacto na

saúde da população, como os cosméticos infantis, alisantes e protetores solares”, informou.

O sistema dará mais agilidade na análise de produtos de um dos setores que mais crescem no país. Em 2012, o Brasil foi o terceiro mercado mundial de produtos cosméticos em todo o mundo. De 2007 a 2012, o número de pedidos da indústria de cosméticos aumentou em 85%, saltando de 52.330 para 95.806 petições ao ano. Para os cosméticos registrados, que envolvem produtos de maior risco, o aumento chegou a 64% no período de seis anos.

“Uma das vantagens do sistema é a definição de parâmetros para as petições apresentadas pela indústria. Isso vai reduzir a possibilidade de erros ou da apresentação de processos em desacordo com a legislação”, ressaltou a Anvisa.

A empresa que já possui um cosmético notificado ou registrado na agência também poderá utilizar o produto como referência para pedir o registro de um novo produto semelhante ao que a fábrica já lançou no mercado, reduzindo o tempo que as empresas necessitam para solicitar a autorização de novos lançamentos.

Fonte: www.odocumento.com.br

Economia

Governo lança na Campus Party aplicativo para rede de ambulâncias na Copa

31/01/2014 - 03h38

A- A+

Terra

O Governo do Brasil porá à disposição nas 12 sedes da Copa do Mundo deste ano um aplicativo para telefones celulares que integrará o serviço de urgência de ambulâncias com as redes sociais e assim permitirá a localização do paciente de qualquer lugar do mundo.

O anúncio foi feito pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante sua visita à Campus Party, uma semana antes de deixar o cargo para se tornar pré-candidato ao Governo de São Paulo pelo PT.

"Estamos também convocando os desenvolvedores de informática para melhorar nosso aplicativo do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)", encarregado das ambulâncias públicas, disse Padilha durante seu pronunciamento na Campus Party.

Através de um aplicativo do Ministério da Saúde, as pessoas poderão ter um perfil na rede de ambulâncias SAMU conectado a redes sociais como o Facebook.

"O sistema funcionará nas 12 sedes do Mundial", enfatizou Padilha.

O usuário do aplicativo, em caso de ser levado por uma ambulância, poderá ativar seu perfil e ao mesmo tempo avisará via Facebook sua família sobre seu atendimento médico.

O ministro também convocou os desenvolvedores para um concurso no qual no segundo semestre será escolhido o melhor aplicativo que possa melhorar o sistema público de saúde.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Ouvidoria prepara estratégia de atuação durante a Copa do Mundo

30/01/2014 - 17h00

A- A+

Da Redação

A atuação da Ouvidoria do Governo de Mato Grosso durante a Copa do Mundo FIFA 2014 em Cuiabá foi discutida nesta quinta-feira (30.01) em reunião na Auditoria Geral do Estado (AGE-MT).

Na ocasião, a secretária-adjunta da Ouvidoria Geral do Estado, Edilene Lima, e ouvidores de secretarias e entidades do Governo de Mato Grosso diretamente envolvidas na realização do evento começaram a traçar um projeto de funcionamento, com estratégias que visam ao melhor atendimento aos cidadãos durante o Mundial de futebol.

A secretária Edilene Lima defende que a ouvidoria atue como um canal de interlocução com a sociedade. “A Ouvidoria é a garantia de que a cidadania estará inclusa nesse megaevento, que terá um grande volume de pessoas que não são de Cuiabá e que não conhecem a cidade”, pontuou.

A ideia é que a Ouvidoria integre a estrutura interinstitucional do Governo de Mato Grosso e da Prefeitura de Cuiabá a ser montada durante o evento, com plantões dos ouvidores do Poder Executivo Estadual a fim de intermediar e auxiliar, de maneira direta e ágil, junto aos setores competentes a resolução de eventuais crises e conflitos, bem como outras necessidades que cheguem ao canal.

LOGÍSTICA

O projeto envolverá a definição do local de funcionamento, treinamento dos ouvidores, escala de plantão, dentre outras questões, e será submetido à avaliação da Secretaria-Extraordinária da Copa do Mundo (Secopa-MT) e da Casa Civil, órgãos responsáveis pela coordenação do evento em Cuiabá, para eventuais sugestões e deliberação, com foco no alinhamento das ações.

As ouvidorias setoriais e especializadas a serem envolvidas no processo serão: Secopa, Segurança Pública (Sesp), Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Polícia Militar, Polícia Judiciária Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Vice-Governadoria (Defesa Civil), Secretaria de Saúde (SES) e Secretaria de Turismo, além da Ouvidoria de Polícia, vinculada ao Conselho Estadual de Direitos Humanos.

FALE CIDADÃO

A Ouvidoria do Governo do Estado funciona em rede, por meio do Sistema “Fale Cidadão”, que concentra todas as manifestações feitas junto às ouvidorias setoriais e especializadas, seja por telefone (162 ou 0800-647-1520), internet (www.ouvidoria.mt.gov.br e nos sites dos órgãos), correspondência, e-mail (ouvidoriageral@governadoria.mt.gov.br) ou mesmo presencialmente

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Índios Enawenê Nawê sofrem com a falta de medicamentos e péssimas condições do atendimento de saúde

30/01/2014 - 17h38

A- A+

Da Redação

Tramita na Justiça Federal de Juína, na região Noroeste de Mato Grosso, uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal, em dezembro de 2013, que pede que a União adote medidas urgentes para garantir o suprimento de medicamentos e a melhoria da estrutura do posto de saúde que atende aos índios Enawenê Nawê.

A vistoria feita em dezembro de 2013 por um médico e um engenheiro sanitário, juntamente com a Funai e a pedido do Ministério Público Federal, registrou e confirmou a situação de calamidade do posto de saúde da aldeia Halataikwa relatada pelos índios.

“O posto não tem cadeira, não tem material nenhum, não tem lugar para armazenar medicamento”, afirma o relatório de vistoria no posto de saúde que deveria prestar o atendimento de saúde básico para as 700 pessoas da terra indígena Enawenê Nawê.

Para reivindicar a melhoria no atendimento de saúde, os índios bloquearam a rodovia MT-170 três vezes nos últimos três anos. Em 2012, surtos de diarreia, vômito e febre alta atingiram 131 indígenas. Em dezembro de 2013, os índios bloquearam a rodovia e cobraram pedágio para conseguir dinheiro para comprar medicamentos e conter o surto de conjuntivite, pneumonia e diarreia. Só de conjuntivite, a equipe de enfermagem registrou 180 casos de conjuntivite atendidos no mês.

Fora da aldeia, a unidade de saúde mais próxima, que é a responsável pela continuidade no atendimento aos Enawenê Nawê, fica no município de Brasnorte, a 300 quilômetros da aldeia. Essa unidade de saúde, que também atende a outras duas etnias que vivem na região, está instalada em um hotel alugado.

Na ação, o Ministério Público Federal pede que a Justiça Federal obrigue a União a

providenciar o estoque de medicamentos em 60 dias e apresente um planejamento para a compra de medicamentos e para a estruturação do posto de saúde; e a contratar um médico para trabalhar exclusivamente e ininterruptamente na aldeia Halataikwa. (Veja a lista completa dos pedidos feitos pelo MPF na ação).

A saúde indígena está inserida no Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro. Em 1999, a Lei 9.836/99 estabeleceu um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena financiado pela União, com o apoio complementar dos Estados e dos Municípios e de instituições não-governamentais. A lei previu, também, que as especificidades da cultura indígena devem ser observadas na prestação dos serviços de saúde.

Este subsistema de saúde indígena não substitui o SUS. Ao contrário, é complementar e funciona por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, chamados de DSEIs, que prestam o atendimento primário e de baixa complexidade. Os atendimentos de média e alta complexidades são encaminhados para as unidades de atendimento do SUS.

Desde 2010, a prestação do serviço público de saúde indígena é de responsabilidade do Ministério da Saúde, que criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). A criação da Sesai é resultado de uma reivindicação histórica dos povos indígenas, pois consolida o atendimento especializado dentro do subsistema especial de atenção à saúde.

Passados três anos da criação da Sesai, o cenário que se encontra é crítico. Apesar da previsão de uma boa quantidade de recursos orçamentários destinados à saúde indígena, os problemas de gestão frequentemente verificados têm acarretado uma prestação ineficiente do serviço no âmbito dos DSEIs, acarretando a completa falta de atendimento às necessidades dos povos indígenas, especialmente no fornecimento de medicamentos.